

REVISTA MARACANAN

Dossiê

“Em defesa do meu nome”: o caso dos alemães e a representação do nazismo em Belém, durante a Segunda Guerra Mundial

“In defense of my name”: the case of the Germans and the representation of Nazism in Belém, during the Second World War

Tunai Rehm Costa de Almeida*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Castanhal, Pará, Brasil.

Edivando da Silva Costa**

Universidade Federal do Pará
Belém, Pará, Brasil.

Recebido em: 05 jan. 2022.

Aprovado em: 25 mai. 2022.



* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal. Doutorando do Programa de pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Mestre e Graduado em História pela Universidade Federal do Pará. (tunairehm@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-6019-5178>

 <http://lattes.cnpq.br/3239289332724100>

** Professor de História da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. Doutor e Mestre em História pelo Programa de pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Graduado em História e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. (edivandoc@ufpa.br)

 <https://orcid.org/0000-0003-3684-3176>

 <http://lattes.cnpq.br/5769261581813507>

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar como a representação do nazismo no Brasil, durante o período da Segunda Guerra Mundial, levou a delações contra sujeitos que supostamente atuavam em favor da Alemanha em Belém, no Pará. Em forma de defesa, os acusados buscavam as páginas dos periódicos locais para esclarecer dúvidas que pudessem surgir em relação a sua posição durante o processo beligerante. No campo teórico, tal análise utiliza o conceito de representação, como pensado pelo historiador Roger Chartier. As principais fontes examinadas foram os jornais que circulavam na capital paraense: *O Estado do Pará*, *A Vanguarda* e a *Folha do Norte*. Metodologicamente, Robert Darnton, em *O beijo de lamourette*, indica um caminho para compreender de maneira crítica a documentação visitada. Por se tratar de um contexto bélico, e o fato do Brasil ter rompido relações diplomáticas com a Alemanha, um dos países que compunha o chamado Eixo, sujeitos rotulados como nazistas ganharam as páginas da imprensa paraense. Constatou-se que os seguidores de Hitler possuíam uma imagem de desleais e perigosos. Assim, ser alemão ter tido ou possuir naquele instante um vínculo com a Alemanha representava a possibilidade de atuação junto ao inimigo. Os periódicos foram então utilizados para promover acusações e, de maneira antagônica, defesa, contribuindo para potencializar as faces do conflito no cotidiano belenense.

Palavras-chave: Pará. Nazismo. Segunda Guerra. Quinta-Coluna.

Abstract

This article aims to analyze how the representation of Nazism in Brazil, during the period of the Second World War, led to accusations against people who supposedly acted in favor of Germany in Belém, Pará. As a defense, the accused sought the pages of local newspapers to clarify any doubts that might arise in relation to their position during the belligerent process. In the theoretical field, this analysis uses the concept of representation, as thought by historian Roger Chartier. The main sources examined were the newspapers circulating in the capital of Pará: *O Estado do Pará*, *A Vanguarda*, and *Folha do Norte*. Methodologically, Robert Darnton, in *O beijo de lamourette*, indicates a path to understand the visited documentation in a critical way. As it was a war context, and the fact that Brazil had broken diplomatic relations with Germany, one of the countries that made up the so-called Axis, subjects labeled as Nazis gained the pages of the Paraense press. Hitler's followers were seen as disloyal and dangerous. Thus, being German, having had or having at that time a link to Germany, represented the possibility of acting with the enemy. The periodicals were then used to promote accusations and, in an antagonistic way, defense, contributing to potentiate the faces of the conflict in the daily life of the city of Belém.

Keywords: Pará. Nazism. Second War. Fifth-Column.

A edição de cinco de outubro de 1942 do jornal carioca A Noite, reproduziu reportagem do periódico *O Estado do Pará* e apresentou em destaque a manchete: “Tribunal da Gestapo no Pará!”, alertando para supostas “atividades da ‘Quinta-Coluna’” neste estado. Para contar a história, trouxe em suas páginas os “‘clichês’ do material de propaganda integralista e nazista conservado ou adquiridos depois do fechamento daquele partido, e ainda, balas ‘dum-dum’ [corresponderiam a balas expansivas (*Expanding Bullets*) que por ter a ponta oca e estilhaçam ao atingir a vítima], encontrados na residência de um alemão”. O partido referenciado é a seção paraense da agremiação nazista, e quanto ao local encontrado, não fica claro a identidade do proprietário. O jornal paraense publicou um “*memorandum*” assinado pelo famoso arquiteto alemão Albert Oswald Massler,¹ que aparecia como “chefe do NSDAP” – a sigla faz referência ao Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. No documento, Massler defendia-se de acusações relacionadas a ele, sua esposa e outro membro do partido, Mathias Schagen, junto à embaixada alemã no Rio de Janeiro. A delação teria sido feita por um sujeito chamado Bruno Bendel, também membro do partido. Não fica claro exatamente ao que se refere as denúncias, porém, o suposto chefe da célula nazista afirma que perdoaria a ação desde que o acusador se retratasse dizendo que tudo não passou de um equívoco e que fora mal informado. Além disso, o arquiteto pontuou que o “documento de Bendel tem de ser incondicionalmente aprovado pelo grupo partidário local” e assim saudou assinando, “*Heil! Hitler!* – Presidente da Seção local da ‘*Uschla*’”² (A NOITE, 5 out. 1942, p. 3).

Como espécie de aviso, o periódico encerra a reportagem lançando uma mensagem endereçada especificamente aos integralistas que, durante a Segunda Guerra, muitas vezes foram retratados como simpatizantes do nazismo alemão ou até mesmo representados como inimigos do Brasil: aos “que abjuram o seu credo, poderão ser dadas oportunidades para atitudes públicas, negando suas ligações com a camarilha de Plínio Salgado, e aos eixistas. Aos outros, somente um destino – o campo de concentração” (O ESTADO DO PARÁ, 1943, p. 6).³

¹ Albert Oswald Massler ganhou fama em Belém ao ser o responsável pela arquitetura de dois dos mais proeminentes prédios da capital paraense à sua época, os edifícios da empresa *Booth Line* e também da Associação Comercial do Pará, ambas localizadas no início da Avenida 15 de Agosto, atual Presidente Vargas.

² Faz referência a *Untersuchung und Schlichtungs-Ausschuss*, corresponderia a um Comitê de Investigação e Arbitragem. Isto é, funcionava como uma espécie de tribunal, ao qual faz referência o título da notícia prolapada no jornal.

³ No Brasil, governo resolveu por colocar em isolamento sujeitos vistos como elementos nocivos que poderiam contaminar o restante da população com suas ideias. No Pará, a colônia japonesa na cidade de Tomé-Açu que anteriormente abrigava trabalhadores, passou a circunscrever uma área de reclusão de suspeitos de espionagem. Além dos nipônicos, ainda foram endereçados a estes campos italianos e alemães. Segundo o jornal *O Estado do Pará*, era destinada aos “eixistas nocivos à segurança nacional (...) sob direção fecunda do capitão João Evangelista Filho” (O ESTADO DO PARÁ, 3 jan. 1943, p. 6). Ver também: PERAZZO, 2009.

Não demorou e, em menos de uma semana, uma ação foi tomada por parte do governo. É noticiado nas páginas de Folha do Norte, em nove de outubro de 1942, que Massler junto a outros vinte e quatro alemães, um italiano e três japoneses foram encaminhados à Delegacia Especial sob suspeita de atividades nazistas no Pará (FOLHA DO NORTE, 9 out. 1942, p. 2). Tempos de Segunda Guerra Mundial e o Brasil, além de romper diplomaticamente, havia declarado guerra aos chamados países do Eixo, representados principalmente por Alemanha, Itália e Japão (a este a declaração de guerra somente ocorreu em seis de junho de 1945). Para o Estado, era necessário ter o controle dos estrangeiros oriundos das nações inimigas. Não surpreende que, em pouco tempo, o referido periódico publicou o nome do arquiteto novamente como alvo da polícia paraense. No dia dezessete do mesmo mês, sob a acusação de “viver em atividade suspeita”, ele é levado junto a outras vinte e nove pessoas com destino a cidade de Tomé-Açu,⁴ classificados como “súditos de países totalitários”, onde permaneceriam “até o término da guerra atual, sob a vigilância de uma força comandada por um oficial” (*Idem*).

Mas, afinal, o que está por trás das ações contra estes sujeitos e outras personagens em Belém? Quais os mecanismos utilizados para defender suas imagens, limpar seus nomes e manter-se em liberdade? O cenário beligerante no mundo e seu desenvolvimento no Brasil serão um fio condutor para este artigo que terá nas acusações, declarações de defesa e publicidades propaladas na imprensa local os rastros que contribuirão para responder a estes questionamentos.

Na primeira metade da década de 1940, o mundo estava sob a tensão da disputa beligerante da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o governo federal estava sob a liderança de Getúlio Vargas e o período do Estado Novo, fase autoritária da sua administração. Desde o ano de 1942, após a III Conferência dos Chanceleres, ocorrida no Rio de Janeiro, no início daquele ano, o Brasil interrompe as relações diplomáticas com o Eixo e se associa ao grupo dos países Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e sendo, posteriormente incorporado, o Comitê Francês de Libertação Nacional). Em agosto do mesmo ano, o governo declara o Estado de Guerra no país por meio do Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942. Na capital paraense, tão logo foi anunciado o rompimento dos laços diplomáticos com os países do Eixo, o prefeito de Belém, Abelardo Condurú, publica nota intitulada “Ao povo” onde anuncia que, apesar do rompimento “continuam de pé e serão mantidas até ordem em contrário, todas as garantias assecuratórias dos direitos individuais concedidos pelas leis brasileiras aos súditos daquelas nações residentes neste Estado” (FOLHA VESPERTINA, 30 jan. 1942, p. 2).

Desde a ruptura diplomática, se intensificaram ataques feitos aos chamados súditos do Eixo, seja por meio dos veículos de comunicação, tal como jornais e rádio, ou ainda cinema, literatura, quando não medidas governamentais ganharam força e passaram a ser uma

⁴ Assim como em outras cidades do Brasil, em Tomé-Açu, no Pará, foi escolhida pelo governo comunidade agrícola para servir como Campo de Concentração aos chamados Súditos do Eixo ou qualquer suspeito de atuar junto ao inimigo.

constante (cf. ALMEIDA, 2015).⁵ A construção de uma representação acerca de nazistas ganhava a cada dia contornos mais depreciativos.

Este artigo tem por objetivo compreender como as representações criadas em torno dos alemães, que viviam na capital paraense, influenciou a prática de delações noticiadas por meio dos jornais que circulavam em Belém, acusando esses sujeitos de serem apoiadores do regime nazista – o que poderia ocasionar um risco à soberania do país. Como resposta, estes mesmos personagens, por meio de uma possível rede de contatos, se direcionaram às páginas dos periódicos impressos da época com o intuito de defender o seu nome. A construção desse cenário será idealizada a partir do conceito de representação, como bem desenvolvido por Roger Chartier (1990). Ao observar o discurso midiático nos jornais e as ações das autoridades públicas, revela-se deliberadamente a imagem do inimigo a ser combatido, o que o historiador discutiria como o símbolo de um objeto ausente. A ideia do inimigo acaba por se efetivar na realidade por meio das ações práticas e discursivas, contribuindo para a formação do mundo social (CHARTIER, 1990, p. 20-21).

As falas, seja dos que acusam ou daqueles que se defendem, não são ingênuas, tampouco neutras, tal como destaca Chartier, “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros”, apesar disso, essa autoridade necessita de consentimento, ainda que as personagens envolvidas no discurso sejam “menosprezadas” (*Ibidem*, p. 17). É possível inferir, neste contexto, que Estado e imprensa passaram a formular apontamentos contra sujeitos aparentemente nocivos à sociedade brasileira impondo aos denunciados a busca pelas mesmas páginas a fim de garantir a defesa da própria imagem.

Os jornais de Belém, seguindo as premissas do governo nacional e as preocupações do período de guerra, passaram a promover as mais diversas acusações contra supostos agentes do Eixo, países inimigos com quem o Brasil havia rompido laços diplomáticos, que estariam atuando de norte a sul do território nacional. Estes eram espiões e ganharam a alcunha de quintacolonistas, ou seja, membros da Quinta-Coluna.⁶

É curioso pensar que assim como havia a representação de espiões inimigos atuando na capital, existiu, nesse momento, a espionagem aliada promovida pelos Estados Unidos. Dois membros da inteligência norte-americana produziram um detalhado relatório sobre a situação de Belém, no contexto da Segunda Guerra Mundial (FORTES, 2016, p. 81-115).

⁵ Na dissertação, o autor analisa programas de Rádio, os filmes colocados em cartaz nos cinemas de Belém, as manifestações populares contrárias aos inimigos, a peça de teatro “Coisas da Quinta-Coluna”, além da literatura de cordel, popular na capital paraense, que apresentam narrativas acerca da guerra e contribuem para a construir a Representação do inimigo Quinta-Coluna (ALMEIDA, 2015).

⁶ Termo cunhado durante a guerra civil espanhola e usado para designar aqueles que, em Madri, apoiavam as quatro colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana do presidente Azaña. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi utilizado para referir-se àqueles que agiam sub-repticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda em favor do Eixo. Na Europa esses indivíduos também eram chamados de colaboracionistas. Cf. CPDOC/FGV – Entrada: Quinta-Coluna. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta_coluna Acesso: 22 de set. de 2021.

Apesar das acusações relacionadas às pretensões do Terceiro Reich em invadir ou conquistar o Brasil, ou ainda de uma materialidade quanto à existência real de uma Quinta-coluna, Luís Edmundo Moraes e Igor Gak publicaram artigo em que refutam os trabalhos que abordam o fato de que o “partido nazista no Brasil funcionava como uma quinta coluna para realizar um plano, cuidadosamente desenhado em Berlim, de anexação de uma fatia de nosso território” (GAK & MORAES, 2015, p. 215). Além disso, apontam ser prática comum a “utilização de fragmentos da documentação diplomática alemã (...), e mesmo documentação diplomática de outros países, que nunca disseram (...) aquilo que estas agências pensavam sobre o ‘Terceiro Reich’ e seus planos” (*Idem*). A exceção é feita pelo caso de Otto Schulz-Kampfenkel, que será abordado neste texto.

Quanto à intenção de invadir o Brasil e anexar parte do território, esta afirmativa ainda carece de melhor fundamentação, isto é, um maior amparo em evidências, documentos que consigam comprovar tal perspectiva historiográfica. Apesar disso, a existência da espionagem no Brasil, ainda que espontânea por grupos do partido nazista no país, ou associados ao Estado alemão, parece concreta. Nosso argumento se fundamenta no trabalho de Stanley Hilton, *Suástica sobre o Brasil* (1977). Com acesso a documentos outrora sigilosos, nacionais e internacionais, como do *Federal Bureau Investigation* (FBI), *Military Library* (ML), Arquivo de Estado Maior do Exército (EME), entre outros, ele apresenta a história e atuação da espionagem alemã no país (HILTON, 1977).

Apesar desta discussão, Moraes e Gak afirmam que foi o mito da Quinta-Coluna, e não a realidade, que produziu as “consequências concretas nas políticas de Estado em relação não somente ao partido nazista, mas também em relação à população de língua alemã (GAK & MORAES, 2015, p. 215). Dessa feita, a representação do inimigo levou a leitura do alemão como um potencial espião, um quintacolunista, o que contribuiu para a disseminação de acusações, denúncias que levaram à exposição de personagens da sociedade paraense supostamente mancomunados com o inimigo.⁷

Vivendo o momento do Estado Novo, a ditadura varguista no Brasil, os meios de comunicação deveriam seguir as pautas propostas pelas autoridades políticas. Com essa proposta, diferentes veículos, sob ameaça da censura, atuaram como delatores de possíveis ações inimigas. O receio se fundamentava no possível envio de informações estratégicas para os países inimigos, quando não a mera nacionalidade de sujeitos oriundos de países aliados ao Eixo representava um indício de culpa. A representação criada acerca dos alemães, neste contexto de guerra, levou ao desenvolvimento de ações persecutórias e acusações por meio dos jornais, o principal veículo de comunicação na época. Para refletir sobre essa construção, é utilizada como fonte basilar os periódicos e suas publicações. O historiador Robert Darnton

⁷ É importante salientar que, mesmo sendo potencializadas no contexto da Segunda Guerra Mundial, já existiam anteriormente, durante o governo de Getúlio Vargas, leis que restringiam os estrangeiros no país. Havia uma campanha de nacionalização e valorização do que seria verdadeiramente brasileiro. Em 1938, os partidos políticos foram colocados na ilegalidade, assim como o NSDAP e todas as outras agremiações políticas estrangeiras. Ver: PEREIRA & ATHAIDES, 2010, p. 637-654; GERALDO, 2007.

(2010), que já havia tido uma carreira como jornalista, analisa que “os repórteres naturalmente escrevem para agradar aos editores”, o que implica dizer que os primeiros canalizam ou distorcem uma notícia de forma tal que ela se torne publicável aos olhos de seu superior hierárquico. Assim como o repórter sofre influência de seu editor, este por sua vez de seu superior, o diretor. Portanto, ao propor uma análise partindo dos periódicos, não é possível esquecer da complexa rede de interesses (a exemplo de alianças políticas ou mesmo o seguimento da linha editorial) que, sem dúvida, interferem nas palavras finais de colunas e reportagens (DARNTON, 2010, p. 81-85).

Para compreender melhor os discursos propalados nas páginas em preto-e-branco dos jornais, uma visita aos arquivos foi necessária a fim de descobrir quais os periódicos circulavam pela capital paraense no período, principalmente no ano de 1942. Assim, a principal documentação é formada por notícias e colunas publicadas pelo *O Estado do Pará*, *A Vanguarda* e a *Folha do Norte*.

O jornal *O Estado do Pará*, desde a chamada Revolução de 1930, atuava como braço midiático do governo que chegava ao poder encabeçado pela figura do então major Joaquim Cardoso de Magalhães Barata. Neste momento, contribuía também por meio de seus editoriais e notícias com as ações e interesses do regime varguista, portanto as delações publicadas seriam coerentes com os propósitos de ganhar força apoiando o governo, e este fortalecendo sua pretensão de controle e vigia atenta da população. Outro periódico local era *A Vanguarda*, que parecia seguir os interesses do *Estado...* e depois fora vendido ao grupo dos *Diários Associados*, pertencente ao empresário brasileiro Assis Chateaubriand. Se, por um lado, o *Estado do Pará* divulgava notícias do interesse dos chamados políticos da situação, isto é, governistas, havia o seu antagonista, o jornal *Folha do Norte*, de propriedade do rival, Paulo Maranhão. Não é de se espantar que, quando buscavam uma mídia popular e impressa para declarar sua inocência, aqueles que eram acusados recorriam à folha da oposição.

Com o tempo de beligerância, inicia uma fase de ampla delação em que primeiro acusa-se, depois busca-se provas. Para aqueles sujeitos oriundos dos países do Eixo restava a presunção da culpa. Neste período de conflito internacional, situações como esta se tornaram comuns, mesmo com aqueles que sequer eram alemães. Exemplo de tal situação, o sr. Ricardo Silva, brasileiro, reservista naval de 2ª categoria, um comerciante que atuava na capital, tem petição intitulada “*Em defesa do meu nome*” enviada ao Chefe de Polícia do estado e publicada pela *Folha do Norte*, a fim de atestar sua inocência perante a sociedade em resposta a acusações sofridas.

Nascido no ano de 1902, em Recife, no estado de Pernambuco, oportunamente viajou à Alemanha para realizar estudos, retornando ao Brasil no ano de 1925 e, segundo ele, jamais regressou à Europa novamente. No Pará, criou uma firma junto ao seu irmão, Roberto Silva, a *R. Silva E Irmão*. Depois de algum tempo, o parceiro comercial retirou-se do negócio e se mudou para São Paulo. Afirmava ser morador de Belém cerca de quinze anos e sua “conduta particular e comercial tem sido sempre a mais correta possível” (FOLHA DO NORTE, 1º out. 1941, p. 4).

Ele era casado com Hilda Antonieta da Silva, natural do Rio Grande do Sul, região de grande migração alemã.

O historiador René Gertz (2008) defende a existência de uma crença baseada no senso comum, fundamentada na premissa de uma iminente invasão alemã no Brasil a partir do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O porquê disso está associado à visão de que, desde sua chegada, houve resistência por parte dessa população a uma integração à realidade do Brasil. Tal negação se evidenciava na permanência do uso corriqueiro da língua alemã no cotidiano, ao invés do português, em um baixo número de casamento interétnicos, além da percepção da falta de interesse por assuntos relativos à política, cidadania e pelo Estado brasileiro. Como consequência, ocorreu a formação do que ficou conhecido como "quistos étnicos"⁸ (MAGALHÃES, 2014, p. 59-60), discussão que se construiu desde o início do século XX e que representava já na década de 1930 um grande problema aos ideais nacionalistas de Getúlio Vargas e à consolidação de uma identidade brasileira (GERTZ, 2008, p. 67-68).

O processo da guerra torna o clima de desconfiança ainda maior. No ano de 1942, o tenente coronel do exército, Aurélio da Silva Py, publica o livro intitulado *A 5ª Coluna no Brasil* (1942). Os jornais reproduzem sua publicação e o noticiam como uma verdadeira "advertência aos brasileiros". Segundo consta na propaganda, o autor apresenta ao público "como foi surpreendida e desfeita a vasta rede tecida em nosso país pelos agentes da Gestapo, mancomunados com os representantes locais do Partido Nazista, com os integralistas e com os repelentes elementos quinta-colunistas" (FOLHA DO NORTE, 14 jun. 1942, p. 3). O autor da obra era Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul e propôs uma extensa análise do plano imperialista dos nazistas de dominação do Brasil. Propagandeando uma investigação que teria se iniciado em 1937 sobre o Partido Nazista no estado onde atuava, ele agrega um grande número de documentos (cartas, publicações na imprensa gaúcha, falas de Hitler e asseclas, etc.), somados à análise dos próprios ideais do nacional-socialismo, e associa-os buscando uma narrativa a fim de apresentar o perigo alemão no Brasil (PY, 1942, s/p). Apesar do interesse de atestar a existência dessa estratégia, sua pesquisa é enfaticamente criticada pela historiografia especializada (MORAES & GAK, 2015, p. 198 - 214) e, portanto, sua leitura deve ser feita com cuidado e de maneira crítica como um documento histórico. Apesar disso, embora criticado hoje, quando de sua publicação teve grande repercussão inclusive nos jornais paraenses como *Folha do Norte* ou *A Vanguarda*.

As circunstâncias pareciam não favorecer Ricardo Silva, o comerciante relata então que a necessidade da publicação no jornal, intencionando a defesa de seu nome, ocorreu devido a uma reportagem do jornal *O Estado do Pará*, que mesmo "movido, é certo, por intenções elevadas de brasilidade que se não pode negar, foi, no entanto, iludido em sua boa-fé, quando

⁸ Debate gerado principalmente por intelectuais do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. O intelectual Silvio Romero, por exemplo, comprometido com o nacionalismo e com uma "identidade autóctone", ainda que fizesse vários elogios aos germânicos, tinha receio da característica expansionista deste seu povo e do fato de não respeitarem os valores nacionais brasileiros, exemplo disso, fazendo uso da língua alemã em suas comunidades (MAGALHÃES, 2014, p. 59-60).

divulgou as acusações que se leem na referida notícia” (FOLHA DO NORTE, 1º out. 1941, p. 4). Segundo ele, as acusações não têm fundamento e sua própria atuação no circuito comercial contribuem para isso na medida em que estabeleceu um vínculo de confiança com parceiros e não colocaria isso em risco prestando-se ao “degradante papel de quinta-colunista” (*Idem*).

Ao reiterar as motivações que levaram à denúncia contra ele, diz que se devem ao fato de ter vivido na Alemanha, que o fez muito antes da chegada do partido nazista ao poder e, ainda, o fato de dominar o alemão, tendo aprendido durante o tempo em que lá estudou. Dessa forma, “não se pode concluir, sem gravíssima injustiça, estar o penitenciário [Ricardo Silva] a serviço da Alemanha contra sua própria pátria, da qual é soldado, como reservista de segunda categoria da Marinha de Guerra” (*Idem*).

A questão da língua merece uma atenção particular. Existiu, durante o período da chamada Era Vargas, forte proposição de uma política de caráter nacionalista. Como forma de cumprir tal perspectiva, desde as discussões na assembleia constituinte em 1933 já era conhecida institucionalmente, por parte da classe política da época, uma tendência a definir os possíveis e desejáveis estrangeiros que se queriam no país. Notava-se uma nítida preocupação com a integração de grupos distintos, mas, essencialmente, com qual imigrante (grupo étnico, raça, origem) estaria aportando em território brasileiro (*cf.* GERALDO, 2009). Com o processo da instituição do Estado Novo de Getúlio Vargas, houve um acirramento ainda maior nas restrições aos estrangeiros. Exemplo disso, o Decreto-Lei nº 406 de 4 de maio de 1938, que tratava acerca da “entrada de estrangeiros em território nacional”; O Decreto-Lei de nº 383 (1938), o qual vedava a estrangeiros a atividade política em território nacional, ou ainda o Decreto-Lei nº 1545 (1939) que dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. O rompimento dos laços diplomáticos com os chamados países do Eixo contribuiu de maneira decisiva para o aprofundamento dessas restrições aos alemães. Como forma de retaliação, por todo país escolas foram fechadas ou nacionalizadas, professores estrangeiros foram substituídos por nacionais, agremiações ou clubes esportivos foram fechados ou tiveram de mudar de nome, além de entraves às comunidades e organizações culturais (EMMI, 2008; LIMA, 2009; SALUN, 2007; SEYFERTH, 1997).

Para o Estado, o fato do acusado falar alemão poderia representar um perigo iminente. Nesse caso, como alguém que afirma sua inocência, Ricardo Silva pede ao chefe de polícia que realize a mais “rigorosa devassa em sua vida pública, comercial e particular colocando os seus livros à disposição desse departamento”. Em suas palavras, tinha como fim último não ser rotulado sob “uma pecha degradante”. Encerra pedindo “à culta sociedade e ao comércio paraense que aguardem a decisão das autoridades competentes sobre o caso que é objeto dessa petição” (FOLHA DO NORTE, 1º out. 1941, p. 4).

É difícil chegar a uma conclusão sobre se houve investigação de fato ou mesmo alguma diligência policial ou restrição ao comerciante. Possível afirmar é que, deliberadamente, o Estado brasileiro, com amplo apoio da imprensa sob a égide do DIP e suas vertentes locais, contribuiu para fortalecer uma representação da chamada Quinta-Coluna. Fazia-se necessário, por parte

do governo, demonstrar uma vigilância permanente, além dos perigos que poderiam ser causados por um agente da Alemanha nazista em solo tupiniquim.

O caso específico dos alemães, proposta deste artigo, se justifica a partir de dados oferecidos pelo embaixador Negrão de Lima. Em nota do jornal *Folha do Norte* (1º out. 1941, p. 4), ele apontava em uma estimativa arredondada, a presença 200 mil italianos, 100 mil japoneses e 400 mil alemães vivendo em território nacional. Entretanto, “somente os teutos se dedicaram aos trabalhos de propaganda totalitária” (MAGALHÃES, 2014, p. 8-37). A historiadora Ana Maria Dietrich, ao se debruçar sobre os documentos do Partido Nazista encontrados em Munique, Alemanha, na década de 1930 e 1940, aponta que no Pará viviam cerca de 186 alemães, sendo destes, 27 adeptos dos ideais Nazistas (vinculados a célula local do partido nazista) (DIETRICH, 2007a, p. 121).⁹

Os números do embaixador foram propalados pela *Folha* com o intuito de criar um alerta à população. O momento era de cuidado e os cidadãos deveriam contribuir para a proteção do território nacional. Tempos de guerra, e os alemães estavam longe de ter a mesma representação de outrora no Brasil. Em meados do século XIX, os trabalhadores teutos eram vistos como gente de vigor e boa capacidade produtiva. Giralda Seyferth (1996) explica que nesse período, marcado por uma grande migração europeia para o país, eles eram os preferidos para realizar as atividades laborais. Sua imigração era indício da imagem de boa “índole e capacidade como agricultores e artífices”. A percepção de um povo trabalhador gerou a expectativa de uma contribuição no processo civilizacional brasileiro, contrastando com o que anos depois se associava ao receio do totalitarismo nazista alemão (SEYFERTH, 1996, p. 41-58).

Segundo Jeffrey Lesser, o número de imigrantes que chegaram ao Brasil entre os anos de 1872 e 1972, ultrapassa os 5 milhões (LESSER, 2015, p. 43). Adverte, no entanto, que tal estatística nem sempre é confiável. Isto porque muitos que passaram pelo país não permaneceram e seguiram viagem rumo a outro destino. Exemplifica tal situação pontuando que qualquer pessoa quando aportava no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, era considerada imigrante, ainda que não houvesse interesse em permanecer. O governo acabava por registrar as chegadas e ignorar a partida dos estrangeiros, o que dificulta a contagem para a categoria de imigrantes (*Idem*).

Ao chegar o século XX, há uma mudança na perspectiva acerca do processo migratório. A década de 1930, especialmente, é marcada por um período de nacionalismos no mundo, assim como no Brasil, por meio das discussões dos parlamentares brasileiros ou a política implementada pelo então presidente, Getúlio Vargas. No caso específico do povo alemão, haviam preocupações particulares relacionadas ao caráter demasiadamente fechado das comunidades teutas no Brasil. O receio do governo era a formação dos chamados quistos étnicos. Estes representavam comunidades que não se adequavam aos padrões impostos pelo Estado varguista que intencionava criar uma cultura homogênea e nacional (SEYFERTH, 1997, p. 95).

⁹ Em São Paulo a pesquisa da historiadora visava as investigações sobre a atuação do Partido Nazista no estado. Ver: DIETRICH, 2007b. Os dados sobre os filiados ao partido nazista nos estados brasileiros também podem ser conferidos em: ATHAIDES & BERTONHA, 2021.

Células do partido nazista se espalhavam por todo o território nacional. Segundo Dietrich, a historiografia concentra seus estudos relativos às colônias alemãs no Sul do Brasil. Apesar disso, aponta que havia grupos nazistas espalhados por todo o país em números significativos nos estados de Pernambuco, Mato Grosso, Goiás, Pará e Bahia (DIETRICH, 2007a, p. 120-121). O Pará aparece como um dos primeiros grupos do partido no país. Desde o ano de 1933, quando o nazismo chega ao poder na Alemanha com Adolf Hitler, já é possível encontrar núcleo do partido no estado. Para os partidários, a regra era: em todo território brasileiro, nas regiões onde houvesse colônias rurais de alemães, deveria haver também representantes do partido nazista (*Ibidem*, p. 159-169).

Ao menos parte da população do Pará tinha conhecimento da existência e provavelmente já compreenderia minimamente os preceitos totalitários, sucesso em parte da Europa e para alguns grupos no Brasil. O cinéfilo paraense Pedro Veriano conta um pouco acerca de sua infância em Belém:

Comecei a estudar na Era Vargas lembro de um ‘jardim de infância’ germanizado, ou melhor nazificado, onde a garotada batia botas, vestia roupa branca e era obrigado a se colocar em posição de sentido com os braços estendidos diante da professora que passava a ‘revistar a tropa’, olhando as unhas de cada um(...) (VERIANO, 2006, p. 66)

Quando contextualizado o período vivenciado, para ele, a referência de autoritarismo seria a Alemanha nazista. Ainda que naquele momento o regime e sua ideologia fossem defendidos por muitos grupos no mundo, não há evidências históricas que comprovem um regime totalitário no Brasil, mesmo que não se possa perder no horizonte que o próprio Estado Novo de Getúlio Vargas também flertava com discursos e práticas autoritárias, como as defendidas por seus ministros Lourival Fontes, Francisco Campos ou Gois Monteiro. Possivelmente, tal conjuntura marcou dessa maneira as lembranças do escritor.

Tomar as recordações de uma infância distante e torná-las verdades pode ser perigoso a medida da incerteza sobre a confiabilidade do discurso. A memória é um recurso muito útil na reconstrução de processos históricos. Apesar disso, como é natural, apresenta alguns problemas. Raphael Samuel alerta que a memória está: “longe de ser um receptáculo de passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é sim uma força ativa que molda”, portanto, ela é dinâmica, ou seja, “o que ela sistematicamente planeja esquecer é tão importante o quanto ela lembra” (SAMUEL, 1986, p. 44). Isso implica dizer que não podemos confiar de maneira segura em tudo que é relatado pela memória do sujeito, antes é preciso compreender que como todo e qualquer ser humano, ela também é falha e com o tempo provoca esquecimentos, distorções e lembranças até mesmo do não vivido. Na prática, ela é “historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento” (*Idem*). Como qualquer documento pesquisado, a memória também é passível de crítica documental. Acaba, assim, tornando-se uma representação do presente sobre o passado.

As lembranças de Veriano não devem ser vistas como um ponto isolado, uma mera distorção. É fato que, quando de sua infância, o ideal totalitário já era conhecido no Pará, assim como a cidade de Belém já havia recebido a visita de agentes alemães. No ano de 1935, aportou

na capital Otto Schulz-Kampfenkel, seu intuito seria fazer uma espécie de reconhecimento da área e percorrer o rio Jari até a fronteira com a Guiana Francesa. Ele definia como objetivos centrais a pesquisa de animais da região, estudo etnológico do rio e seus afluentes, análise geográfica da paisagem, registro cartográfico, além de buscar possíveis afluentes que poderiam vir a ser descobertos. Na capital, Schulz e seu grupo foram recebidos pelo general Daltro Filho, comandante da 8ª região Militar (DIETRICH, 2007a, p. 272). Durante sua estadia ficaram no chamado *Grande hotel*, lugar de suntuosa beleza arquitetônica e significativa representação na época. Para reverenciá-los, as paredes do hotel foram decoradas com suásticas e a população apareceu em número significativo para conhecê-los.

Por ironia do destino ou não, anos mais tarde outros alemães também apareceram em Belém. Vivenciando o contexto da Segunda Guerra Mundial e os tensionamentos diplomáticos, já não era possível uma recepção calorosa como a dispensada aos primeiros. Atuando como espões, de maneira discreta, estiveram de passagem pela capital e, somente tempos depois, foram percebidos quando denunciados e seus nomes passaram a ocupar as colunas dos jornais da cidade.

Julius Von Heyer foi um destes homens. Teria visitado a capital paraense no ano de 1942. Começou sua viagem pelo Brasil por Recife, onde permaneceu durante os dias 4 e 12 de julho, em seguida passou por Belém, onde ficou até o dia dezesseis do mesmo mês. Para completar sua viagem, rumou em direção a capital federal, Rio de Janeiro (A VANGUARDA, 21 mar. 1942, p. 1). Segundo a historiadora Philonila Cordeiro (2005), Heyer fazia parte de uma das equipes do Alto Comando das Forças Armadas na Alemanha (ABWEHR) e tinha como chefe Wilhelm Canaris. Essa equipe desenvolveu um complexo sistema de espionagem no Brasil. O Serviço consistia na infiltração em indústrias, comércio, embaixadas, etc, objetivando arrecadar o maior número possível de informações a fim de auxiliar as operações da Alemanha no Brasil durante a Guerra (CORDEIRO, 2005, p. 98-99).

O grupo organizado para vir ao Brasil era encabeçado por Gustav Engel e Nils Christensen. O recrutamento se fundamentava em sujeitos que já tivessem demonstrado, por meio de serviço militar, um senso de dever e possuíssem conhecimento do território, além de alguns contatos no país. Com a necessidade de manter um disfarce, falsas identidades foram criadas e a estratégia era utilizar nomes comuns no país que possibilitariam manter sua atividade elipsada. O primeiro respondia por “Alfredo” e o segundo por “Lucas”. Julius von Heyer já estava desde 1941 no Recife e recebeu o codinome “Humberto”. O objetivo era fazer um recrutamento dos chamados “colaboradores” que tinham o papel de repassar importantes informações acerca dos acontecimentos no Brasil ao *Reich* (HILTON, 1977, s/p).

Ao denunciar a atuação da espionagem inimiga, oferecendo nomes, mecanismos de atuação e escopo, dava-se a impressão da onipresença de sujeitos dispostos a enviar informações ao líder alemão e, como consequência, produzir atrocidades como os torpedeamentos dos navios brasileiros ou outras ações nocivas à população. As preocupações cada vez ganham corpo, forma, nomes, sobrenomes e severas denúncias. Ao apresentá-los, se estabelecia uma diferença nos tempos. Enquanto, na década de 1930, a Alemanha era um dos

principais parceiros econômicos do Brasil e seus pesquisadores foram bem recebidos na capital paraense, com o rompimento dos laços diplomáticos e depois a declaração de guerra, havia a preocupação da atuação nazista e, sendo assim, qualquer um poderia ser um agente infiltrado no país. Dessa feita, os jornais eram uma poderosa ferramenta de acusação e compartilhamento do que poderia representar não somente a imagem do inimigo, mas também como a população poderia contribuir no contexto beligerante para a defesa do território nacional contra os adversários.

No dia 23 de agosto de 1942, J. Fichter publica uma declaração no periódico *Folha do Norte*. Esta representava uma resposta, ao mesmo tempo, um esclarecimento acerca do que fora sido propalado no jornal *O Estado do Pará*. Segundo ele, acusavam-no de ser portador de um radiotransmissor em sua residência. Dessa maneira, representaria um perigo devido a possibilidade do envio de informações aos países do eixo (FOLHA DO NORTE, 23 ago. 1942, p. 1). Já havia, por parte do Estado brasileiro, uma preocupação relacionada a este contexto, sendo difícil acreditar que este tenha sido caso isolado no Brasil, se considerada a dimensão do território. Ainda durante a guerra, pouco tempo depois do ocorrido em Belém, o governo federal lança o Decreto-Lei nº 4.701, de 17 de setembro de 1942. Coincidência ou não, fato é que a partir deste estava vedado o uso e comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores pelos estrangeiros nacionais da Alemanha, Itália e Japão.¹⁰

Segundo Fichter, no mesmo dia em que as denúncias foram lançadas a imprensa, a polícia visitou sua residência, situada na Avenida José Bonifácio. Seus pertences foram minuciosamente investigados a fim de encontrar qualquer objeto que pudesse caracterizá-lo como um elemento nocivo. Ele afirma que “o único aparelho receptor de rádio que possuía funcionando foi autorizado pela Repartição dos Correios e Telégrafos, conforme o talão n.140, de 16 de janeiro, de 1942”. (*Idem*). Com o ocorrido, no dia seguinte procurou primeiramente o Chefe de Polícia, Salvador Borborema e, depois, os veículos de comunicação, buscando desmentir publicamente a notícia (*Idem*).

Aparentemente, não apresentava grandes motivos para ser visto como um problema para o Departamento de Polícia da capital. Mesmo com a exposição após o ocorrido, seu nome não fora novamente alvo da imprensa local. O alvo parece ter mudado, e dessa vez as setas acusatórias foram lançadas sobre o fotógrafo alemão Paulo Levinthal.

Este aportou em terras brasileiras no ano de 1904, quando morou por algum tempo em Manaus, no Amazonas. Lá, inicialmente atuou como comerciante até o ano de 1920, quando se muda para a capital paraense. Desde então, nunca mais retornou à Europa. Em declaração publicada na *Folha do Norte*, afirma ter como intenção apresentar seu apoio à causa brasileira e não ter simpatia com o regime nazista alemão. Como forma de tornar público e notório sua defesa em prol do Brasil e dos valores nacionais, argumentou que, no ano de 1938, requereu as

¹⁰ BRASIL. Poder Executivo. 1942. “Decreto-Lei nº 4701, de 17 de setembro de 1942. Dispõe sobre o comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios e dá outras providências”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4701-17-setembro-1942-414790-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de setembro de 2021.

autoridades competentes a sua naturalização e a de sua esposa, estando o processo em suas vias finais (FOLHA DO NORTE, 23 ago. 1942, p. 2).

Ao longo de sua publicação, Paulo Levinthal enfatizou sua aversão à política dos Estados autoritários, mais especificamente ao nazismo. Este, o fotógrafo caracteriza como “responsável pela horrenda hecatombe que desabou sobre a Europa e se alastra pelo resto do mundo” (*Idem*). Em seu discurso pontua sempre ter sido contrário aos “princípios desumanos pregados e postos em práticas pelos seus chefes” e, o sobrenome judeu que carregava, não lhe deixava mentir ou negar que possuiu familiares que foram residentes na Alemanha e, por terem sido perseguidos, atravessaram o Atlântico e até aquele momento ainda residiam no Brasil (*Idem*).¹¹

A preocupação com negócios, prisão ou perseguição política, não atingia unicamente a figuras individuais, mas também poderia alcançar empresas. Este foi o emblemático caso do grupo *Lündergren & Cia Ltda.* Tendo seu nome amplamente ventilado nas ruas por conta de seu comércio e lojas físicas, ou ainda por meio da imprensa, sendo uma empresa de grande porte, era necessário reproduzir defesa contundente e que fizesse jus ao seu tamanho. Para tanto, dispozo evidentemente de maiores recursos e influência junto a autoridades políticas, o grupo utilizou da estratégia de propalar o apoio a causa nacional brasileira no maior número de canais de comunicação possíveis, visando evitar retaliações por parte do governo ou do seu próprio público, consumidores em potencial.

O pessoal de imprensa e propaganda da *Lündergren* logo buscou a direção do grupo *Folha do Norte*, que contava com seu suplemento, *Folha Vespertina*, e ainda que pudesse parecer estranho ao público, *O Estado do Pará*. Em vinte de agosto do ano de 1942, em nome da empresa, Salviano Ramos Barreto lança uma publicação nos jornais declarando ser “uma sociedade mercantil e industrial genuinamente brasileira”, constituída com um corpo de mais de treze mil empregados brasileiros (FOLHA DO NORTE, 20 ago. 1942, p. 1). Na capital Belém, possuía uma filial com cerca de trinta e quatro funcionários “patriotas e cumpridores de seus deveres para com a pátria”. Era de estranhar uma grande empresa tendo a necessidade de tal atitude. Mas havia justificativa. Os proprietários eram donos do grupo de lojas “A Pernambucana” e estavam tendo problemas em acusações de uma possível filiação ao nazismo (*Idem*). Algum tempo antes, em vinte e três de abril de 1942, já apareciam por aqui associações fazendo referência aos *Lündergren*. O jornal *A Vanguarda* lançava na imprensa paraense nota oriunda do Rio de Janeiro com a chamada: “Vamos boicotar as casas comerciais e mercadorias dos súditos do eixo!”, fazendo um apelo ao boicote aos comércios e mercadorias de grupos que proporcionassem lucro a elementos dos países inimigos, fossem eles alemães, italianos, mas também, japoneses e “principalmente brasileiros ou portugueses nazificados” (A VANGUARDA, 23 abr. 1942, p. 1). O pedido feito trazia o argumento de que, mais cedo ou mais tarde, o valor

¹¹ Apesar da justificativa utilizada naquele momento, o departamento responsável pelo processo de visto e situações acerca da migração em território nacional era o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, encabeçado por Francisco Campos, que nem sempre foi convencido por este aspecto. Casos como o do argentino naturalizado Frederico Otto Erico Thomas Wulff ou do alemão que havia se naturalizou chileno Walter Lowens Tein Meyer são exemplares neste aspecto. Em compensação, a comprovação e referência a um possível “esforço de guerra”, contribuíam para a emissão de visto (*cf.* KOIFMAN, 2015, p. 247-248).

trocado pelos produtos destes comerciantes se converteria em investimento para o adversário no conflito. Ao promover o boicote, os brasileiros estariam atingindo-os no estômago – fazendo uma referência a não venda de seus produtos com uma conseqüente falência e corolário, a fome –, “que é o órgão mais sensível que eles têm”, apontava o jornal (A VANGUARDA, 23 abr. 1942, p. 1). Futuros problemas seriam evitados ao riscar da lista de fornecedores de brasileiros nomes como os Hascleret, os Theodor Wile, os Bayer, os Merk, os Siemens, os Skiskerlos, os Lündgren, entre outros que poderiam representar um iminente risco ao Brasil (*Idem*).

O caso deste último é o que será evidenciado aqui. No ano de 1942 já haviam se estabelecido e conquistado sucesso profissional no cenário comercial brasileiro, ainda assim, isto não foi o suficiente para tornarem-se isentos de olhares indagatórios, assédio ou denúncias. A fábrica de tecidos do grupo possuía relevância nacional, situava-se na pequena cidade de Paulista, no estado de Pernambuco. Segundo a historiadora Susan Lewis (2005, p. 157), a prosperidade de sua fábrica de tecidos junto a boa relação e ambiente de negócios garantiu ao grupo influência política na região, o que por vezes desagradou o interventor, Agamenom Magalhães. Entraram para o ramo da indústria têxtil na década de 1920 e possuíam, em seu quadro, um grande número de funcionários especializados, mão de obra qualificada em sua maioria de origem alemã. Quando se inicia a Segunda Guerra Mundial e o Brasil põe fim aos laços diplomáticos com os teutos, a empresa começa então a ser associada ao nazismo.

A fama de germanófilos vem da situação nas indústrias da *Companhia de Tecidos Paulista*, dos Lündgren, onde possuíam, em áreas estratégicas, mão-de-obra especializada principalmente da Alemanha. Com isso, inúmeras acusações aos seus proprietários e uma preocupação, por parte do governo norte-americano, acerca da ventilação de uma possível atuação de nazistas na região de Paulista e Rio Tinto. Como bem definiu em relatório o cônsul dos EUA no Brasil, Walter Linthicum, este não acreditava que os Lündgren fossem publicamente ativos em forças internacionais nazistas. Paulista e Rio Tinto somente “ganharam reputação de serem centros nazistas mais por causa da quantidade de alemães empregados em suas fábricas” (*Ibidem*, p. 159).

Para Lewis, as acusações que giravam em torno da família estavam associadas a diferentes motivações: ao momento da ditadura do Estado Novo, em que a delação seria uma forma de poder; havia o medo em relação ao estrangeiro alemão; receava-se uma invasão dos nazistas às terras brasileiras; e, além disso, o fator fundamental dos Lündgren serem vistos como uma família germanófila que possuía diversos funcionários alemães (*Ibidem*, p. 161).

O historiador Geraldo Menezes Neto, em artigo, reproduz o discurso de um ex-pracinha do exército brasileiro que aponta a loja “A Pernambucana”, em Belém, como alvo de saque por um grupo de estivadores, durante uma manifestação contra os países do Eixo (NETO, 2013, p. 50). Por se tratar de um livro de memórias, existe uma imprecisão quanto à data e em qual exata manifestação, considerando os vários momentos em que os eventos ocorreram. Por meio das fontes pesquisadas, não fica claro se a hostilização à empresa dos Lündgren ocorreu antes ou depois da inauguração, porém, levando em consideração que boa parte das manifestações

foram realizadas em 1942, é possível que a preocupação do grupo possuísse como fundo a hostilização sofrida e, por objetivo, evitar reincidência.

O mecanismo de defesa do grupo foi proteger-se colocando a opinião pública a seu favor. No Pará, na intenção de pôr linhas finais à querela, em junho de 1943, é promovido um evento para a inauguração de um retrato de Magalhães Barata na filial de “A Pernambucana”, em Belém. O estadista havia retornado recentemente ao posto da Interventoria estadual ocupando o lugar de José da Gama Malcher, que havia assumido a presidência do Banco de Crédito da Borracha.

Era a oportunidade perfeita. Promover o acontecimento e chamar a atenção da população mostrando-lhes não ter fundamento a ligação do nome da empresa com o totalitarismo alemão. A imprensa paraense é convidada e com manchete de primeira página na *Folha do Norte* é lançada no outro dia: “foi inaugurado, ontem, na ‘A Pernambucana’, o retrato do Coronel Magalhães Barata” (FOLHA DO NORTE, 12 jun. 1943, p. 1) – então interventor estadual. Poderia ser estranho a forma como é noticiado o nome de Barata por um periódico publicamente conhecido como rival e ferrenho opositor, no entanto, eram tempos de censura e controle midiático exercido pelo DEIP. Além do mais, é possível que a reportagem tenha tido um estímulo pecuniário para ser publicada. Para os proprietários da loja, a exaltação da figura do líder paraense criaria a imagem de uma empresa que defendia os interesses nacionais brasileiros, fugindo da associação ao ideal nazista.¹²

Neste dia, como de hábito, o então interventor fez pronunciamento aos presentes intencionando propor uma defesa do grupo. Ele pontua, “os irmãos Lündgren são de origem dinamarquesa e como os nomes da península escandinava quase que se confundem com os da região alemã” (*Idem*). Por mais que a intenção fosse diferenciá-lo de alemães, há um equívoco na informação. O patriarca da família no Brasil, Herman Theodor Lündgren, chegou ao país em 1855 aos vinte anos de idade, aportando no Rio de Janeiro, oriundo da Suécia, diferente do que informara o estadista paraense. Depois acabou por fixar moradia em Recife, capital do estado de Pernambuco (LEWIS, 2005, p. 145).

Um questionamento é fundamental para entender a motivação da celebração de uma imagem emoldurada em loja. Para chegar à resposta segue-se os rastros deixados pelo discurso de Magalhães Barata. “Eles se viram como que ameaçados naquelas horas de exaltação popular e tiveram suas propriedades, em que mantém mais de mil operários, quase destruídas pelas multidões” (FOLHA DO NORTE, 12 jun. 1943, p. 1). Ele se refere à hostilização promovida contra a empresa em Paulista, local onde se situam as fábricas da família. O que o medo com ataques de populares tem a ver com o apoio ao regime local? Tal como já havia sido feito em Paulista e Rio Tinto, a aproximação ao poder público poderia conquistar um tratamento diferenciado aos empresários, que enxergavam no bom diálogo com o governo uma forma de garantir como barganha uma possível proteção, presente ao menos no discurso do interventor o que contribuiria para diminuir a tensão existente.

¹² O episódio provavelmente também fora propalado no jornal *O Estado do Pará*, no entanto, por conta da indisponibilidade de consulta ao mesmo no momento desta pesquisa, ele não pode ser evocado.

Como forma de corresponder ao convite dos suecos, Barata faz aceno aos empresários afirmando: "assim, vindo aqui assistir a uma homenagem a mim, aliás muito desvanecedora, quero neste gesto pessoal, render também uma homenagem as industrias dos irmãos Lündgren, em Pernambuco" (FOLHA DO NORTE, 12 jun. 1943, p. 1). Ao prestar solidariedade, queria o político encerrar as possíveis preocupações que o grupo empresarial pudesse ter com as acusações que se alastravam pela imprensa nacionalmente.

Em Pernambuco, como ação concreta do governo local, seguiu a política nacional de direcionamento de vários sujeitos taxados como súditos-do-eixo para aprisionamento em Campos de Internamento, também chamados na época de Campos de Concentração (LEWIS, 2005, p. 186). No Pará, se este mesmo processo tivesse ocorrido, seriam levados a colônia japonesa na cidade de Tomé-Açu. No entanto, não foi encontrado no percurso da pesquisa nenhuma notícia ou documento comprobatório do encaminhamento dos Lundgren ou seus funcionários, na capital, para o campo no interior do estado.

O contexto beligerante global proporcionou um momento singular no mundo. Houve, sem dúvida, tal como chamado pelo historiador Eric J. Hobsbawm (1995, p. 29), uma Era da Guerra total, em que a situação gerou a vivência da disputa em todas as esferas da vida, desde a política diplomática ao cotidiano dos habitantes. No Brasil, de norte a sul, houve uma intensa propagação de um inimigo, o qual não deveria se temer e sim enfrentar. A atmosfera criada pela imprensa nacional através dos discursos propiciou a construção da imagem de um elemento nocivo à sociedade brasileira, o estrangeiro alemão seguidor do Nazismo.

A Segunda Guerra Mundial demonstrou ser momento insólito diante do cenário geopolítico mundial. Mas não somente. A política dos países passou a ser moldada e rearticulada conforme se processava o conflito bélico. E, com este, houve por parte das autoridades públicas o intuito de angariar benesses junto às alianças formadas. É nesse contexto que o governo de Getúlio Vargas usou de pragmatismo e colocou o Brasil na posição de proximidade com os países Aliados ao romper os laços diplomáticos e, com o transcorrer do conflito, declarar guerra aos chamados países do Eixo, encabeçados pela Alemanha.

Com esse processo em desenvolvimento, um dos cuidados a ser tomado seria a construção da representação do inimigo e suas características: aparência, nacionalidade e língua, formas de agir e atuar. Para além, havia o cuidado que não somente as lideranças políticas deveriam ter, mas também toda a população brasileira. Foram incentivados apontamentos acerca não somente da espionagem como ideia, mas a nomeação de sujeitos que, muitas vezes, sequer tinham de fato relações ou acordo com os ideais nazistas. Os jornais foram utilizados como veículos de denúncia e alerta a população.

Essa forma de atuação visava não somente a vitória de uma guerra interna, mas essencialmente a construção da imagem dos sujeitos considerados inimigos da nação. O controle social se estabelecia de diferentes maneiras, mas o alvo deste artigo foram as delações feitas por meio dos jornais. Ao ler suas páginas, a população se deparava com notícias acerca de indivíduos que moravam na capital paraense acusados de serem simpáticos ao regime nazista. Era também pelo noticiário escrito que os denunciados buscavam apresentar sua defesa,

narrando os fatos como forma de preservar seu nome e imagem perante a sociedade. Os periódicos foram então utilizados para promover acusações e, de maneira antagônica, defesa, contribuindo para potencializar as faces do conflito no cotidiano belenense.

O processo beligerante trouxe um cenário peculiar em que alemães foram tratados como inimigos, ou ainda a sua descendência ou mera associação ao país europeu gerou a possibilidade de acusação de atuação contra o Estado e o povo brasileiro. Este texto intenciona desvelar algumas histórias que permitem compreender as motivações que levaram às acusações contra alemães na capital paraense, assim como não deixar de perceber que o cenário da Segunda Guerra Mundial e suas vicissitudes contribuíram de maneira substancial na construção da representação, por meio dos veículos de imprensa, do inimigo nazista alemão.

Referências

Fontes Impressas

A Noite, Rio de Janeiro (RJ), 1911-1957.

A Vanguarda, Belém (PA), 1942.

Folha do Norte, Belém (PA), 1896-1974.

Folha Vespertina, Belém (PA), 1940-1955.

O Estado do Pará, Belém (PA), 1911-1980.

Legislação

BRASIL. Poder Executivo. 1942. “Decreto-Lei nº 4701, de 17 de setembro de 1942. Dispõe sobre o comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios e dá outras providências”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4701-17-setembro-1942-414790-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de setembro de 2021.

Bibliografia

ALMEIDA, Tunai Rehm Costa de. *Achsenmächte, Potenze dell’Asse, Sujikukoku na Amazônia: imagens, narrativas e representações da Quinta Coluna no Pará (1939-1945)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ATHAIDES R. & BERTONHA, J. F. *O nazismo e as comunidades alemãs no exterior: o caso da América Latina: história, historiografia e guia de referências bibliográficas (1932 – 2020)*. Maringá: Edições Diálogos, 2021.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORDEIRO, Philonila. *Ascensão das ideias nazistas em Pernambuco*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CPDOC/FGV – Entrada: Quinta-Coluna. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta_coluna Acesso: 22 de setembro de 2021.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em História social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007a.
- DIETRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial, Fapesp, 2007b.
- EMMI, Marília Ferreira. *Italianos na Amazônia (1870 - 1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: NAEA, 2008.
- FORTES, Alexandre. A espionagem aliada no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial: cotidiano e política em Belém na visão da inteligência militar norte-americana. *Revista esboços*, Florianópolis, v.22, n.34, 2016, p. 81-115.
- GAK, Igor & MORAES, Luís Edmundo de Souza. O Partido Nazista e o Mito da *Quinta Coluna* no Brasil. *Revista brasileira de assuntos estratégicos*. Niterói, v.7. n. 14, 2015.
- GERALDO, Endrica. *O "perigo alienígena": política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930 - 1945)*. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.
- GERALDO, Endrica. A "lei de cotas" de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cad. AEL*, v.15, n. 27, 2009.
- GERTZ, René E. Os "súditos alemães" no Brasil e a "pátria-mãe" Alemanha. *Espaço Plural*. Ano IX, Nº19, 2008, p .67-73.
- HILTON, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IERVOLINO, Ana Paula. *A Participação dos teuto-brasileiros na FEB (1944 - 1945): memória e identidade*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- KOIFMAN, Fábio. A política imigratória brasileira e a Segunda Guerra Mundial. *Revista brasileira de estudos estratégicos*. V.7, n. 14, 2015.
- LESSER, Jeffrey. *A Invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- LEWIS, Susan. *Indesejáveis e Perigosos na arena política: Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1930 - 1945)*. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- LIMA, Solange de. *O "Perigo alemão": a comunidade teuta e a DOPS*. 2009. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Curitiba: SAMP, 2014.

MENEZES NETO, Geraldo Magela. A “ressurreição da alma cabana”: as passeatas de protesto contra o Eixo na Belém da Segunda Guerra. *Em Tempo de Histórias*. Brasília, n. 23, ago. – dez. 2013.

PEREIRA, M. J. & ATHAIDES, R. Da xenofobia ao inimigo de guerra: o nazismo e a situação da comunidade germânica no Brasil durante o Estado Novo. In. SILVA, F. C. T., SCHURSTER, K., LAPSKY, I., CABRAL, R. & FERREIRA, J. (Orgs.). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco/TEMPO, 2010.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiro da Guerra: os “súditos do eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942 – 1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2009.

PY, Aurélio da Silva. *A Quinta Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1942.

SALUN, Alfredo Oscar. *Palestra Itália e Corinthians: Quinta-Coluna ou tudo Buona Gente?*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, v.14, 1997.

SEYFERTH, Giralda. “Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In. MAIO, Marcos Chor *et al.* *Raça Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 41-58.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana [online]*. vol. 3, n.1, 1997, p. 95-131. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010493131997000100004&script=sci_arttext. Acesso em: 10/06/2021.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

VERIANO, Pedro. *Fazendo Fitas: memórias do cinema paraense*. Belém: EDUFPA, 2006.
KOIFMAN, Fábio. A política imigratória brasileira e a Segunda Guerra Mundial. *Revista brasileira de estudos estratégicos*. Niterói, v.7. n. 14, 2015.